

Pastore nega problema

Salvador — O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, negou ontem que tenha havido qualquer dificuldade para liberação, pelo FMI, dos 380 milhões de dólares a que o país tem direito até o final deste mês, em razão do não cumprimento das metas fixadas na Carta de Intenção.

Assegurou, em entrevista durante o 15º Congresso dos Bancos, que todas as metas foram cumpridas pelo país e que a liberação sempre ocorre, nesses casos, depois da apreciação do relatório sobre o desempenho econômico do país pela direção (**board**) do Fundo. Negou ter havido qualquer exigência do FMI para desindexação da economia brasileira ou que o assunto esteja na pauta das discussões com os representantes do organismo.

“NÃO HÁ IMPASSE”

Com certa irritação, ele desmentiu que haja um compasso de espera dos credores internacionais para renegociar a dívida brasileira com o futuro governo e não mais com o governo atual: “Não me transmitiram nada sobre isso, mas essa pergunta deve ser feita aos bancos internacionais” disse ele, adiantando que as negociações, em curso, são realmente de um programa plurianual com o objetivo de aliviar a excessiva concentração da dívida nos próximos anos. A maior concentração de dívida atinge os próximos cinco anos e admitiu que a renegociação poderia englobar as parcelas que se vencem durante esse período.

Indagado se a recusa do novo governo brasileiro em comprometer-se com a atual política econômica poderia levar a um impasse com os credores internacionais, Pastore destacou que “não vai haver impasse nenhum”. Na palestra que fez, ao lado do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, o presidente do Banco Central considerou equacionado todo o problema externo brasileiro, enfatizando que agora o trabalho deve ser concentrado na solução dos problemas internos, e dentre eles, no sentido de reduzir a inflação.

Considerou como resultados positivos já obtidos a redução do déficit operacional do Tesouro de 6% para cerca de 0,5% e concordou com Simonsen dizendo acreditar que, a curto prazo, a economia mundial não deverá correr nenhum tipo sério de risco e que as taxas de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento devem voltar a ser superiores ao crescimento das taxas de juros internacionais.